



## MATRIZ CORREÇÃO PROVA CONHECIMENTOS

### - ASSISTENTE TÉCNICO -

1. O n.º 2 do art.º 47. da Constituição da República Portuguesa, aplica-se:

A) Ao regime jurídico do emprego “privado”.

**B) Ao regime jurídico do emprego público.**

C) Aplica-se a ambos os regimes.

D) Todas as afirmações estão corretas.

2. O contrato de trabalho em funções públicas é a modalidade de relação jurídica aplicável:

A) Às funções de representação externa do Estado e Investigação criminal.

B) Aos cargos dirigentes.

**C) À generalidade das carreiras e categorias da Administração Pública.**

D) Aos serviços de inspeção.

3. Nos termos do CPA, exceto quanto ao prazo de decisão do procedimento e na falta de disposição especial ou de fixação pela Administração, o prazo para os atos a praticar pelos órgãos administrativos é de:

A) 5 dias.

B) 8 dias.

**C) 10 dias.**

D) 15 dias.

4. De acordo com a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, o exercício de funções públicas pode ser acumulado com funções ou atividades privadas que:

**A) Não sejam legalmente consideradas incompatíveis com as funções públicas; Não sejam desenvolvidas em horário sobreposto, ainda que parcialmente, ao das funções públicas.**

B) Não comprometam a isenção e a parcialidade exigidas pelo desempenho das funções públicas; Não provoquem prejuízo para o interesse público ou para os direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

C) Não sejam legalmente consideradas incompatíveis com as funções públicas; Sejam desenvolvidas em horário sobreposto, ainda que parcialmente, ao das funções públicas.



D) Não sejam desenvolvidas em horário sobreposto, ainda que parcialmente, ao das funções públicas; Não comprometam a isenção e a parcialidade exigidas pelo desempenho das funções públicas.

5. Atento os deveres dos trabalhadores, nos termos da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (LTFP):

A) O dever de informação consiste em prestar ao cidadão, nos termos legais, toda a informação que seja solicitada.

B) O dever de correção consiste em conhecer e aplicar as normas legais e regulamentares e as ordens e instruções dos superiores hierárquicos, bem como exercer as funções de acordo com os objetivos que tenham sido fixados e utilizando as competências que tenham sido consideradas adequadas.

C) O dever de zelo consiste em desempenhar as funções com equidistância relativamente aos interesses com que seja confrontado, sem discriminar positiva ou negativamente qualquer deles, na perspetiva do respeito pela igualdade dos cidadãos.

**D) O dever de isenção consiste em não retirar vantagens, diretas ou indiretas, pecuniárias ou outras, para si ou para terceiro, das funções que exerce.**

6. São intervenientes no processo de Avaliação do Desempenho dos Trabalhadores da Administração Pública (SIADAP 3) no âmbito de cada serviço:

**A) O avaliador, o avaliado, o conselho coordenação de avaliação, a comissão paritária, o dirigente máximo do serviço.**

B) O avaliador, o avaliado, o conselho coordenação de avaliação, a comissão paritária.

C) O avaliador, o avaliado, o conselho coordenação de avaliação, o dirigente máximo do serviço.

D) O avaliador, o conselho coordenação de avaliação, a comissão paritária, o dirigente máximo do serviço.

7. Atendendo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Regime Jurídico das Autarquias Locais:

A) A assembleia de freguesia e a assembleia municipal são os órgãos executivos, respetivamente, da freguesia e do município.

**B) A assembleia de freguesia e a assembleia municipal são os órgãos deliberativos, respetivamente, da freguesia e do município.**

C) A junta de freguesia e a câmara municipal são os órgãos deliberativos, respetivamente, da freguesia e do município.

D) Nenhuma das opções está correta.



8. O período anual de férias tem a duração de:

**A) 22 dias úteis, ao que acresce 1 dia por cada 10 anos de serviço.**

B) 25 dias úteis, ao que acresce 1 dia por cada 10 anos de serviço.

C) 22 dias úteis.

D) 25 dias úteis, ao que acresce 1 dia por cada 10 anos de idade, a partir dos 39 anos.

9. De acordo com a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, são modalidades de vínculo de emprego público:

A) O contrato de trabalho em funções públicas, o contrato individual de trabalho e a comissão de serviço.

B) O contrato de trabalho em funções públicas, o contrato individual de trabalho e a nomeação.

C) O contrato de trabalho em funções públicas, a mobilidade interna e a nomeação.

**D) O contrato de trabalho em funções públicas, a comissão de serviço e a nomeação.**

10. A Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (LTFP) inclui, entre outras, disposições sobre:

A) Regime disciplinar, regime do pessoal dirigente e regras sobre avaliação de desempenho.

B) Procedimento concursal, regime do pessoal dirigente e regime de faltas .

**C) Regime disciplinar, procedimento concursal e regime de faltas.**

D) Nenhuma das opções está correta

11. São carreiras gerais as seguintes:

**A) Técnico superior, assistente técnico e assistente operacional.**

B) Técnico superior, coordenador técnico e assistente operacional.

C) Técnico superior, assistente técnico e assistente administrativo.

D) Chefe de Divisão, técnico superior, assistente técnico e assistente operacional.

12. A modalidade regra de vínculo de emprego público é:

**A) O contrato de trabalho em funções públicas.**

B) O contrato individual de trabalho.

C) A comissão de serviço.

D) A mobilidade interna.



13. Qual o ano em que foi promulgada a atual Constituição Portuguesa?

A) 1969.

**B) 1976.**

C) 1982.

D) 1991.

14. Qual é o princípio fundamental consagrado na Constituição Portuguesa que estabelece que todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei?

A) Princípio da Soberania Popular.

**B) Princípio da Igualdade.**

C) Princípio da Segurança Jurídica.

D) Princípio da Universalidade.

15. Qual o número mínimo de dias de férias que o trabalhador tem direito a gozar de forma consecutiva, de acordo com o Código de Trabalho?

A) 5 dias.

**B) 10 dias.**

C) 15 dias.

D) 20 dias.

16. Quais são os níveis de classificação na avaliação de desempenho do SIADAP 3?

**A) Inadequado, Regular, Bom, Muito Bom e Excelente.**

B) Fraco, Regular, Bom, Muito Bom e Excelente.

C) Negativo, Neutro, Positivo, Muito Positivo e Excelente.

D) Baixo, Médio, Alto, Muito Alto e Excelente.

17. As assembleias de freguesia:

A) autorizam a freguesia a estabelecer formas de cooperação com entidades públicas e privadas.

B) reúnem em quatro sessões ordinárias anuais.

C) aprova as taxas e os preços da freguesia e fixa o respetivo valor.

**D) Todas as anteriores estão corretas.**



18. O SIADAP integra os seguintes subsistemas:

A) O Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Assistentes Operacionais da Administração Pública, abreviadamente designado por SIADAP 1; O Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Assistentes Técnicos da Administração Pública, abreviadamente designado por SIADAP 2; O Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Técnicos Superiores da Administração Pública, abreviadamente designado por SIADAP 3.

**B) O Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Serviços da Administração Pública, abreviadamente designado por SIADAP 1; O Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Dirigentes da Administração Pública, abreviadamente designado por SIADAP 2; O Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Trabalhadores da Administração Pública, abreviadamente designado por SIADAP 3.**

C) O Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Políticos da Administração Pública, abreviadamente designado por SIADAP 1; O Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Dirigentes da Administração Pública, abreviadamente designado por SIADAP 2; O Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Trabalhadores da Administração Pública, abreviadamente designado por SIADAP 3.

D) Nenhuma das anteriores.

19. O processo de avaliação contempla as seguintes fases:

A) Realização da autoavaliação e heteroavaliação.

**B) Apreciação do processo de avaliação pela comissão paritária.**

C) Homologação e publicação.

D) Defesas de reconhecimento de desempenhos excelentes.

20. A educação é:

A) Objeto de descentralização de competências do Ministério da Educação na Freguesia.

**B) Objeto de descentralização de competências do Município na Freguesia.**

C) Objeto de descentralização de competências por tempo indeterminado.

D) Objeto de descentralização de competências do Município na Freguesia, de forma obrigatória.